

“Todo artista tem de ir aonde o povo está”. O movimento político das Diretas Já no Brasil –1983-1984.

"Every artist has to go where the people are." The political movement of Diretas Já in Brazil - 1983-1984.

Vicente Saul Moreira dos Santos¹

RESUMO



Inicialmente, este artigo tece comentários sobre a relação entre História do Tempo Presente e História Política, com objetivo de inserir o movimento político das Diretas Já, transcorrido no Brasil entre 1983 e 1984. O apoio à emenda Dante de Oliveira que propunha eleição direta para presidente ao sucessor do general João Batista Figueiredo tornou-se uma das principais manifestações políticas da história republicana brasileira. Partindo do pressuposto de ter sido um evento da conjuntura do final da ditadura militar, da luta por democracia e cidadania no país. As articulações políticas, a importância do retorno maciço da população como ator político, as manifestações em várias cidades e o papel da mídia foram elementos contemplados. Por fim, pretendem-se retomar questões acerca de memória e história de tal evento a partir da cobertura mídia impressa em 1994, dez anos após as manifestações que levaram milhões as ruas.

Palavras-chave: Regime militar. Memória. Imprensa. Redemocratização. Diretas-Já

ABSTRACT



Initially, this article comments on the relationship between history and the present tense political history, in order to enter the political movement of Diretas Já, elapsed in Brazil between 1983 and 1984. The support for the amendment Dante de Oliveira which proposed direct presidential election the successor general João Batista Figueiredo became a major political events of the Brazilian republican history.

¹ Historiador com doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC-FGV (2013). Trabalhou no CPDOC-FGV, Fundação Oswaldo Cruz, Museu da República, Casa Rui Barbosa, Universidade de Oxford (Inglaterra), Editora G. Ermakoff, Editora Casa da Palavra, Edições de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, Itaú Cultural, Rede Globo de Televisão, em pesquisa de filmes, novelas, exposições e livros. Endereço: Rua Senador Vergueiro 137, AP. 201, Flamengo, Rio de Janeiro. Email: vsaul@uol.com.br.

Assuming it was an event of the end of the situation of the military dictatorship, the struggle for democracy and citizenship in the country. The political articulations, the importance of the massive return of the population as a political actor, the demonstrations in several cities and the role of the media were included elements. Finally, the intention is to resume questions about memory and history of such an event from the print media coverage in 1994, ten years after the events that led millions to the streets.

Keywords: Military regime. Memory. Press. Redemocratization. Diretas-Já

Considerações Iniciais

O distanciamento em relação à História do Tempo Presente foi defendido na Escola dos Annales, pois, para esses historiadores, deveria haver um afastamento entre o objeto de pesquisa e as experiências dos autores. Desta forma “a história do século XX tornou-se uma história sem historiadores” (FERREIRA, 1994, p. 3), pois o contemporâneo era matéria de estudo das ciências sociais, do jornalismo, mas não da história.

A partir da década de 1970, a contemporaneidade começou a ser temática de alguns autores na França e em outros países, sendo importante destacar que historiadores na Inglaterra e Estados Unidos já vinham se dedicando a compreender o Tempo Presente. De acordo com Jean François Sirinelli, o historiador, “qualquer que seja sua especialidade cronológica, bebe em seu presente e, longe de pensar que “é de nenhum tempo e de país nenhum”, ele sabe que está ligado por múltiplas fibras a seu tempo e à comunidade à a qual pertence” (SIRINELLI, 1999, p. 78). Devemos nos ater sobre a diferença: de escrever sobre o século XIX ou outro período histórico sob a perspectiva do presente, no qual o historiador produz seu texto, e, em contraposição, a diferença de pesquisar e redigir sobre seu próprio tempo.

A dificuldade de escapar das suposições compartilhadas pelos contemporâneos acerca do momento a ser estudado é outro risco que o historiador do Tempo Presente vivencia. As questões acerca da democracia, participação popular, ampliação e garantia da cidadania, direitos humanos e sociais, entre outras, fazem parte do cotidiano brasileiro, além da marca indelével deixada pelo Regime Civil Militar (REIS FILHO, 2000) que se manteve como uma “presença incorporada do passado no presente das sociedades e, logo, na configuração social das classes, dos grupos e das comunidades que as constituem” (CHARTIER, 1996, p. 215).

Os historiadores dos Annales, que foram responsáveis por novos posicionamentos no campo histórico, se opuseram à história política, considerada como événementielle. O campo político estava condenado a ser história oficial e incapaz de problematizar a

sociedade. Esta situação perdurou e radicalizou na geração que teve como principal autor Fernand Braudel. Na década de 1970, contudo, os historiadores começam a manter contatos com outras disciplinas, como a ciência política, trazendo novas formas e conceitos de pensar o político, e, nesse bojo, temos uma revalorização da política enquanto objeto principal de análise (FERREIRA, 1992, p. 266-7). Neste estudo deve-se frisar que o “campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis” (RÉMOND, 1996, p. 443).

A amplitude da política nesta revalorização deve ser entendida como “o espaço ultimo da decisão, como o nível onde todas as disputas sociais se decidem” (BORGES, 1995, p. 14). Percebendo isto como uma ampliação conceitual que “passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos” (BORGES, 1995, p. 16). Logo, ao abordar a redemocratização e as “Diretas Já”: “a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação” (ROSANVALLON, 1995, p. 16).

A cultura política² (BERSTEIN, 1998, p. 361) da redemocratização era, sobretudo, difundida nas práticas sociais desde a Anistia, em 1979. Os setores da sociedade que lutaram pela abertura e o fim da censura se somavam, na luta pelas eleições diretas, à grande maioria da população que comparecia aos comícios. Deve-se ressaltar que as vivências individuais, mesmo em relação a determinados grupos, se deram de forma diferente (tais como a percepção sobre a crise econômica como desdobramento do Milagre Econômico da década de 1970, a repressão aos movimentos da guerrilha, a censura e o exílio), mas diversos elementos faziam parte do todo, tais como viver na ditadura civil-militar com as inúmeras restrições.

Este movimento que preconizava o pleito direto para presidente da República, depois de 24 anos sem ter esta opção eleitoral, como um evento-chave do processo de redemocratização. Esse conceito está muito ligado ao de cultura política, que é um conjunto em que todos os elementos envolvidos estão em relação uns com os outros, formando uma rede que define uma forma de identidade do indivíduo, e constituindo “uma leitura comum e normativa do passado histórico, com conotação positiva ou negativa” (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Uma perspectiva importante diz respeito ao papel da imprensa, especialmente por ser uma das fontes primordiais deste artigo e importante ator político no processo em debate. Algumas pesquisas ao relacionar mídia e política “acabam por descartar a possibilidade de que a mídia, ela própria, com frequência e deliberadamente distorce, omite e promove

² O movimento das Diretas Já foi importante marco na história das mobilizações sociais e políticas do Brasil, sendo evento essencial da redemocratização e da cultura política, sendo que esta “ora, se a cultura política retira a sua força do fato de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do ato político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenômeno coletivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências. Se existe um domínio em que o fenômeno de geração encontra justificação plena e total, é bem este.”

informação com objetivo político” (LIMA, 2001, p. 143), contudo “os meios de informação efetivamente estabelecem a ordem do dia para a opinião pública e a conversa política” (DARNTON; DUHAMEL, 2001, p. 327). Esta esfera de poder tem particularidades e caminhos que pretendo aprofundar.

Processo de abertura e as Diretas Já

O movimento político-social ocorrido no Brasil, denominado “Diretas Já” teve como balizas o intervalo entre a apresentação da Emenda Dante de Oliveira (março de 1983), que pretendia devolver aos cidadãos brasileiros o direito ao pleito direto, e a votação desta no Congresso Nacional (abril de 1984), este curto período registrou um momento de intensa participação política da população brasileira.

A proposta de “abertura segura, lenta e gradual” iniciada no governo do general presidente Ernesto Geisel (1974-1979), não assegurou a democratização, e especialmente, frustrou os objetivos de significativos setores da sociedade civil. Isto foi potencializado pela crise econômica³ (SKIDMORE, 1994) e pelas pressões sociais evidenciadas pela reorganização do movimento estudantil, pelas greves dos metalúrgicos no ABC, pelas atividades de entidades profissionais e pela ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como defensora dos ideais democráticos.

Em 1975, por intermédio do “Movimento Feminino pela Anistia” iniciou-se a luta por este ideal. Durante o ano de 1978 foi fundado, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) que logo se multiplicou em vários estados do País, dando fôlego ao lema da “anistia ampla, geral e irrestrita”. Esses dois grupos contaram com a participação de familiares dos exilados, presos e “desaparecidos” políticos, iniciando-se a campanha pela Anistia, e tendo como objetivo o retorno dos brasileiros que, devido à política repressiva adotada pelo regime civil-militar, estavam no exílio. Este movimento social-político cresceu no âmbito nacional através de manifestações, visitas a políticos, elaboração de manifestos, além de contar com o apoio de entidades internacionais e com a participação de artistas e intelectuais, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da Igreja Católica, de diversas lideranças religiosas, da OAB e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O sucessor do presidente Geisel, general João Baptista Figueiredo (1979-1985), o quinto presidente do regime civil-militar, instaurado em 31 de março/1o de abril de 1964, assumiu o cargo em uma conjuntura que enfrentava as pressões sociais por maior participação política. Ainda no primeiro ano de governo, precisamente em 28 de agosto de 1979, foi sancionada a lei de Anistia n° 6.683, e regulamentada pelo Decreto n° 84.143 no dia 31 de outubro do mesmo ano, que iria indultar muitos, mas não todos, dos que haviam sido

³ No final do mandato do presidente Geisel a inflação atingia 40% ao ano e a dívida externa bruta chegava a US\$ 43 bilhões.

punidos desde a edição do AI-1 em 9 de abril de 1964, beneficiando um total de 4.650 pessoas. Contudo, isto foi um pacto político onde não beneficiou os acusados de “crimes de sangue”, além de serem incorporados “na Lei da Anistia dispositivos que garantiram a estranha figura da anistia recíproca, em que os torturadores foram anistiados com os torturados” (REIS FILHO, 2000, p. 70).

No segundo semestre de 1979 terminava o exílio para diversos atores políticos. A partir disso, deve-se destacar que muitos intensificaram seu desempenho ou passaram a atuar ativamente na luta pela redemocratização. Desde a implementação da ditadura civil-militar em 1964 houve uma gradativa restrição jurídica, política e institucional através dos Atos Institucionais e outras medidas, logo, o processo pela Anistia deve ser pensado como um marco na luta pelo retorno ao Estado de Direito, pois significou a reestruturação dos direitos civis e das liberdades individuais e possibilitou o regresso de diversas lideranças políticas, como Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes.

O Congresso Nacional, no dia 29 de novembro de 1979, decretou o fim do bipartidarismo⁴ (BRASIL, 1979), possibilitando a reorganização de um sistema multipartidário. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) basicamente resultou no Partido Democrático Social (PDS), de apoio ao governo federal, e a grande maioria dos integrantes do MDB formou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Surgiram outras agremiações de oposição tais como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular (PP) que foi incorporado ao PMDB em fevereiro de 1982, antes do pleito deste ano. Por último, teve o Partido dos Trabalhadores (PT), que conseguiu o registro definitivo no início de 1982, e reunia líderes do “novo sindicalismo”, intelectuais, membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), setores das classes médias urbanas, além de outros diversos segmentos, constituindo uma opção no quadro da esquerda nacional da Abertura. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) continuaram na ilegalidade.

Em novembro de 1982 foram realizadas eleições diretas para governador, o que não ocorria desde 1965, e contemplava também os outros cargos eletivos – vereador, prefeito, senador, deputado estadual e federal. O pleito foi realizado no dia 15 de novembro e considerado um sucesso devido ao comparecimento de mais de 48 milhões de pessoas às urnas (LAMOUNIER, 1985, p. 129). Mesmo sendo o voto obrigatório, este grande envolvimento dos eleitores foi ressaltado por ter havido uma taxa pequena de abstenção e um enorme número de votos aos partidos de oposição (PMDB, PDT, PT, PTB), possibilitando a quebra da hegemonia absoluta do PDS.

⁴ O bipartidarismo foi implementado pelo governo civil-militar através do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguindo os partidos existentes, e do Ato Complementar nº 4, que estabeleceu as condições para a formação das novas legendas partidárias. As duas agremiações deste período foram a Arena, de apoio ao governo, e o MDB, que reunia as oposições. Durante a vigência desta rede partidária as eleições tinham um perfil plebiscitário.

Uma das consequências do quadro político que se montou com o resultado deste pleito foi à contraposição do “sistema militar burocrático ainda dominante a governadores eleitos pelo voto direto” (LAMOUNIER, 1985, p. 136). Este processo, que caracterizou a transição política no país, foi chamado de “diarquia brasileira”⁵, no qual as mudanças de um regime para outro eram feitas por meio de lentas negociações pelos atores do jogo político. A redemocratização teve como marca a impossibilidade dos diferentes setores em “moldar substancialmente o novo sistema participativo [...] nem impor uma canalização ou delineação específica” (LAMOUNIER, 1985, p. 137).

Mesmo com a votação maciça da oposição, o PDS obteve bons resultados em estados menos importantes ou dominados pelas estruturas políticas locais, conseguindo, com isso, a maioria no Colégio Eleitoral. Este era constituído pelos deputados federais, senadores e mais seis representantes do partido majoritário em cada estado. Era no Colégio que seria eleito o sucessor de Figueiredo, pois a sucessão presidencial assim era realizada desde 1964 e confirmada pela Constituição de 1967, então vigente no período em foco.

A oposição composta por PMDB / PTB / PDT / PT somava 240 deputados, 23 senadores e um total de 330 no Colégio Eleitoral, ao passo que o PDS tinha 235 deputados, 46 senadores e 356 no Colégio Eleitoral. Este partido ficou com 12 estados, o PMDB com 10 e o PDT com 1. Na perspectiva dos governos estaduais a oposição venceu em pontos estratégicos tais como no Paraná, com José Richa (PMDB), em São Paulo com Franco Montoro (PMDB), em Minas Gerais com Tancredo Neves (PMDB) e no Rio de Janeiro com Brizola (PDT).

Os novos governantes estaduais assumiram, no início de 1983, em uma conjuntura muito desfavorável em virtude da grave crise econômica. A inflação fechou aquele ano por volta de 211% e a dívida externa atingia um recorde de 90,7 milhões de dólares.⁶ Dentre os acontecimentos de relevância que antecederam o processo das “Diretas” destaca-se essa eleição como um evento-chave (BERSTEIN, 1998) para a compreensão deste contexto, pois os governadores recém-eleitos eram os que tinham legitimidade democrática para conduzir o processo de abertura.

Em março de 1983, por designação do PMDB, o deputado federal Dante de Oliveira (representante do Mato Grosso) apresentou ao Congresso Nacional a emenda constitucional (PEC 5/83), que propunha a eleição direta para presidente em novembro de 1984. Este projeto mudaria o artigo 76 da Constituição vigente, que previa que o sucessor de Figueiredo seria escolhido no Colégio Eleitoral.⁷ (BRASIL, 1967). Antes do início dos trabalhos legislativos, o deputado já havia colhido as 160 assinaturas de parlamentares, necessárias para a existência regimental da emenda no Congresso.

⁵ Conceito discutido por (LAMOUNIER, 1985).

⁶ Sobre a conjuntura internacional e a repercussão na economia brasileira nos períodos Geisel e Figueiredo, ver: (FISHLOW, 1988).

⁷ O artigo 76 da Constituição de 1967 contém as regulamentações essenciais de funcionamento do Colégio Eleitoral.

A *Folha de São Paulo* se engajou como o principal órgão da mídia na campanha das “Diretas Já” e logo manifestou seu apoio com a publicação de um editorial no dia 27 de março de 1983, no qual o jornal se posicionou favoravelmente à emenda que propunha as eleições diretas para a presidência da República. O periódico, até a votação da emenda, publicou, além deste, outros cinco editoriais e cinco pesquisas que mostravam o crescente apoio da população ao movimento. Um aprofundamento sobre a reação dos outros jornais em contraposição à postura da Folha pode ser outro prisma deste contexto, mas pode-se afirmar que os diários *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* foram muito menos contundentes no seu envolvimento com as “Diretas”, além de o jornal *O Globo* seguir a linha do grupo Roberto Marinho, de “ocultar”, na medida do possível, tal evento.

Em maio de 1983, o deputado federal Ulisses Guimarães (PMDB-SP) e representantes do PT compareceram a um debate na Universidade Federal de Goiás, na capital do Estado, que teve como tema o retorno do pleito direto para presidente em janeiro de 1985. O ato contou com 5 mil pessoas, que, em seguida, realizaram uma passeata pela cidade. Esse evento político foi apontado como uma das primeiras manifestações pela eleição direta (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004).

No dia 28 de junho de 1983 reuniram-se no Rio de Janeiro os governadores Franco Montoro, Leonel Brizola e o presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, para a articulação de uma frente suprapartidária pela volta das eleições diretas. Segundo uma pesquisa de opinião pública realizada pela *Folha de São Paulo* em julho de 1983, 40,8% dos entrevistados eram favoráveis à ocorrência das “Diretas” para presidente e 12,7% preferiam a eleição no Colégio Eleitoral. Como já foi mencionado, este periódico adotou gradativamente uma postura cada vez mais favorável ao pleito direto, uma atitude legitimadora do seu próprio papel de catalisador nesta linha. Segundo Otavio Frias Filho, essas pesquisas de opinião contribuíram para o posicionamento do jornal, pois “a necessidade que se colocava, hoje, no Brasil, era de se voltar à eleição direta” (FRIAS FILHO, 1984, p. 32).

Em 19 de novembro de 1983, os representantes de Minas Gerais e São Paulo através da “Declaração de Poços de Caldas”, estabeleceram alguns pontos para uma ação conjunta no empenho pelas eleições diretas. No dia 26 de novembro de 1983 seis governadores do PMDB – Tancredo Neves (Minas Gerais), Gilberto Mestrinho (Amazonas), Jäder Barbalho (Pará), José Richa (Paraná), Íris Resende (Goiás) e Franco Montoro (São Paulo) - assinam o “Manifesto dos Governadores”, em São Paulo, pelo restabelecimento das eleições para Presidente da República. O documento, intitulado “A nação tem o direito de ser ouvida”, afirmava que “a eleição direta do presidente da República é o caminho para a superação da nossa crise econômica, política e social” (NOVAES, 1983, p. 6). Afirmou-se também que a campanha não devia ser usada como um instrumento de uso pessoal para a sucessão de Figueiredo. O texto significou a transposição dos anseios de grande parte da nação, pois

acreditava-se que a busca de soluções dos muitos problemas brasileiros viriam por intermédio do pleito direto.

No dia 27 de novembro, militantes do PT e algumas entidades civis organizaram uma manifestação na Praça Charles Müller, em São Paulo, reunindo cerca de 10 mil pessoas pelas “Diretas”. Neste dia também, faleceu Teotônio Vilela⁸ em Maceió, influente político alagoano que, mesmo muito doente não deixou de se empenhar na causa; mesmo com sua participação abreviada, sua trajetória permaneceu como marco da campanha, recebendo a homenagem de Milton Nascimento e Fernando Brant na canção “O menestrel das Alagoas”.

A reação do governo viria através do próprio general Figueiredo que durante pronunciamento em rede nacional de TV e rádio, no dia 29 de dezembro de 1983, reservou cinco minutos para criticar a campanha pelas “Diretas” e afirmou que ela teria “agora, caráter meramente perturbador”. (A SUCESSÃO..., 1984, p. 16). O presidente afirmou que em virtude da ausência de consenso quanto a um nome do PDS à sucessão presidencial, se afastaria da coordenação da escolha do candidato. Esta postura teve uma grande repercussão no partido da base governista, pois dependeria das articulações internas e isto beneficiaria o deputado federal Paulo Maluf, de São Paulo. Entre janeiro e fevereiro foram lançadas pelo PDS três candidaturas à presidência: primeiro a de Maluf, depois a de Mário Andreazza (ministro do Interior) e, por fim, a do vice-presidente Aureliano Chaves, político mineiro. Na avaliação da revista *Veja*, esses candidatos apontavam para continuísmo da política do presidente Figueiredo, (CARTA..., 1984, p. 19) e a eleição indireta para a qual eles disputavam a indicação do PDS era uma forma “obscura” de chegar à presidência. A decisão sobre qual seria o candidato do partido ocorreria apenas na convenção realizada em 11 de agosto de 1984, quando venceu Paulo Maluf.

No dia 10 de janeiro de 1984, “a comissão executiva do PDS repeliu oficialmente a proposta de restabelecimento das eleições diretas, reafirmando a ‘legitimidade do Colégio Eleitoral’”, onde a legenda governista teria maior chance de êxito (LEMONS, 2001). Sobre esta questão, o presidente do PDS, deputado federal José Sarney, do Maranhão, declarou a *Veja*: “Nós não nos podemos enganar e pensar que os militares vão aceitar um Brizola ou qualquer outro incendiário no poder. E é este o risco de uma eleição direta agora”. (A FORÇA..., 1984, p. 22). Esses “fantasmas” que os pedessistas tanto temiam podem ser mais bem compreendidos pelas suas trajetórias políticas, pois muitos deles tinham sido cassados e viveram no exílio, representavam uma ameaça esquerdizante para os membros do regime civil-militar. Segundo estas declarações, a sucessão direta de Figueiredo colocaria em questionamento a “abertura lenta e gradual”.

⁸ Teotônio Vilela foi um político de longa carreira, que apoiou o golpe civil militar de 1964 e filiou-se a Arena. Em meados da década de 1970, começou a lutar pela redemocratização e em abril de 1979 ingressou no MDB. Participou do movimento pela Anistia e apoiou as greves dos metalúrgicos no ABC. Como senador do PMDB recebeu a função de divulgar as eleições diretas. Destaco a entrevista concedida a Henfil e publicada nas quatro edições d’*O Pasquim* ao longo de março de 1983.

A campanha das “Diretas” ganhou notoriedade com as manifestações que aconteceram nos quatro meses que antecederam a votação da Emenda Dante de Oliveira. A população deixou de ser “espectadora de um evento” (KUSHNIR, 2002, p. 220) e transformou-se no principal ator político desse cenário. Isso ocorreu porque as grandes concentrações mobilizaram uma diversidade “de atores, inclusive os que, de outra forma, não teriam motivações nem canais de atuação política” (TOSI, 1995, p. 167). As grandes manifestações trouxeram às ruas a maioria da população, que não dispõe de outro canal de comunicação política, além de questionar “a tradição do pensamento político brasileiro, que tende a desqualificar a participação popular direta nos grandes acontecimentos da nação” (NAPOLITANO, 1995, p. 208).

Paralelamente à cobertura da imprensa escrita, contudo, constata-se a ausência de notícias na Rede Globo de Televisão, principalmente, no seu noticiário mais popular, de maior audiência e repercussão nacional, o *Jornal Nacional*. O ministro Leitão de Abreu, da Casa Civil, teria convencido Roberto Marinho de que a campanha era nociva ao governo Figueiredo e, portanto, ao bem-estar nacional (CONTI, 1999, p. 37). A cobertura televisiva ficou a cargo das redes Bandeirantes e Manchete. De acordo com a coluna de Tarso de Castro na *Folha de São Paulo* publicada em 30 de janeiro de 1984

O *Jornal Nacional* pela primeira vez exibiu para todo o Brasil imagens de uma manifestação pública em favor das diretas. Foi um segmento curto, camuflado e empobrecido, dentro de um quadro que englobava todos os atos de comemoração do 430º aniversário da cidade de São Paulo e mereceu, durante sua edição, a atenção direta do próprio Roberto Marinho.⁹ (CASTRO, 1984).

O Comitê Nacional Pró-Diretas era um órgão que contou com a participação de diversas entidades da sociedade civil, como a OAB, ABI, dentre outras e as legendas do PMDB, PDT e PT. Foi responsável por organizar a campanha, tendo por característica o fato de ser suprapartidário. Também teve apoio das associações estudantis e profissionais, além das centrais sindicais. Dentre as entidades civis que apoiaram o movimento, destacaram também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Paulista de Medicina (APM) e o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

O lançamento nacional da campanha pelo Comitê Pró-diretas foi no comício realizado em Curitiba no dia 12 de janeiro de 1984 com cerca de 40 mil manifestantes no centro da capital paranaense. Esta escolha ocorreu visto que é a “cidade que melhor condensa as características das capitais brasileiras”. (O COMEÇO..., 1984, p. 20). A partir disto a campanha tomou dimensões que surpreenderam até os mais otimistas organizadores, pois entre

⁹ *Folha de São Paulo*, 30 de janeiro de 1984.

janeiro e abril de 1984 ocorreram 33 comícios em todas as capitais do país, além de diversas outras cidades importantes.

Através de editorial, a *Veja*, ao pronunciar-se sobre a campanha das “Diretas Já”, sublinha a ilegitimidade do Colégio Eleitoral para a tarefa de eleger o sucessor de Figueiredo. Destacou-se que o partido do governo não tinha apoio da maioria do eleitorado e frisou que o novo governante precisava de um consistente respaldo de grande parte da população para retirar o país da crise econômica e social na qual estava imerso. Uma eleição direta faria do eleitor um co-responsável pelo mandato que o presidente teria, condição essencial para a redemocratização e ampliação da cidadania.

Entre os dias 14 e 21 de fevereiro de 1984 os partidos de oposição organizaram uma caravana pelas “Diretas”, liderada por Ulysses Guimarães¹⁰ (presidente do PMDB), Luís Inácio da Silva (presidente do PT) e Doutel de Andrade (presidente do PDT). A empreitada percorreu os estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste ficando conhecida como “Caravana das Diretas” (KOTSCHO, 1984, p. 49-69).

Dentre os elementos de relevância da cultura política do período, temos o papel simbólico da figura feminina que em diversos momentos foi escolhida como emblema da democracia e da República.¹¹ A mulher era símbolo da liberdade já em Roma, a República Francesa (AGULHON, 1998) também a utilizou como ícone. As figuras (literária, pictórica ou filmica) da mulher que se impõem com o filho no colo e reivindicam contra espoliações – como na obra literária *Germinal*, de Emile Zola, nos quadros do pintor espanhol Francisco Goya e do francês Eugene Delacroix ou na atuação de Anna Magnani no filme *Roma, cidade aberta* (1945), de Roberto Rossellini – foram inúmeras vezes representada e resgatada em diversas conjunturas históricas como um ícone de contestação, e assim retomamos a Campanha das “Diretas” onde a cantora Fafá de Belém e a atriz Christiane Torloni, que eram consideradas a voz que entoava o hino nacional e a musa, respectivamente do movimento, encarnaram este perfil simbólico rapidamente esboçado.

Após o êxito dos comícios realizados em todo o país, embalados pelo apoio da imprensa, passou-se a colocar a particularidade do que seria considerado o maior movimento da história republicana brasileira porque “jamais uma idéia política levou tanta gente às ruas”. (O GRITO..., 1984, p. 20). Havia a consciência do peso da mobilização das “Diretas Já”, afinal dependia dela e conseqüentemente era do capital político advindo das ruas que se conseguiria os 2/3 necessários à aprovação da Emenda no Congresso Nacional.

Um fator fundamental para compreensão deste período foi o engajamento da sociedade, assim destacam-se duas questões básicas: a primeira foi “a maneira como os

¹⁰ Ulysses Guimarães foi apelidado pela imprensa como “o Senhor Diretas”, chegando a viajar mais de 40 mil quilômetros para participar dos atos políticos que eram realizados em todo o país.

¹¹ Esta temática foi abordada por (CARVALHO, 1998).

acontecimentos agem sobre a opinião pública” e a segunda “como esta influi sobre o acontecimento” (BECKER, 1996, p. 185). Na época estudada, estas questões tornaram-se fundamentais, pois o apelo da multidão foi percebido pelos políticos que apoiaram o movimento. O presidente do PMDB Ulysses Guimarães, conhecido como o “Sr. Diretas”, afirmou que

[...] quando foi à praça pública o povo bradou por mais do que diretas-já. As eleições diretas são o caminho, mas [...] de nada adianta mudar o presidente da República se não houver mudanças na política econômica e social. [...] Sem o voto, o povo não terá como se manifestar, não poderá exercer sua cidadania, será castrado em sua maioria. (GUIMARÃES, 1984).

Logo percebem-se que as duas questões mencionadas se interagem numa rede de elementos que devem ser analisados.

O movimento das “Diretas Já” significou uma ruptura com diversos elementos do governo civil-militar. Os símbolos nacionais (hino nacional e a bandeira) foram utilizados com outra conotação nos atos políticos da campanha, pois o hino era cantado no final das manifestações pela multidão que acompanhava os atos e as cores nacionais, o verde-amarelo ganhou os rostos dos participantes, as roupas, faixas e cartazes. A percepção do poder é um fenômeno que se realiza em duas vias: “a forma pela qual o poder pretende aparecer e a maneira pela qual é percebido” (FICO, 1997, p. 58).

No dia 31 de março de 1984 o golpe civil-militar fazia 20 anos, e a revista *Veja* destacava que neste ano os problemas da nação não se resolveriam com a “força das armas” e que o povo brasileiro estava nas ruas clamando “o sufrágio universal por meio da eleição direta do presidente da República – que é um modo de fazer uma reforma de cúpula em Brasília”. (CORRÊA, 1984, p. 22). A ideia era que o regime civil-militar cairia sem golpe, mas através da força de um povo que tradicionalmente era aliado das decisões políticas.

O Comitê Nacional Pró-Diretas reuniu-se em Brasília, no dia 4 de abril, e deliberou as atividades programadas para a capital federal do dia 11 de abril até 26 deste mês. Os membros do Comitê deveriam protestar contra medidas coercitivas impostas pelo governo, e decidiu que 25 de abril seria o Dia Nacional de Luta, um dia de “Vigília cívica com paralisação das atividades em todo o Brasil para acompanhamento da discussão e votação da

emenda das Diretas”.¹² Estas resoluções, segundo o documento, foram distribuídas as entidades civis e a imprensa.

No dia 10 de abril de 1984 ocorreu o comício da Candelária¹³, no Rio de Janeiro, que foi considerado pela imprensa como a “maior manifestação política da história do Brasil”, justamente por mobilizar um número tão significativo de manifestantes.¹⁴ Os preparativos para o ato foram inúmeros, desde a distribuição de farto material de propaganda, até o acerto da cobertura pela televisão de alguns momentos do ato na programação normal da Rede Globo e da TV Bandeirantes.

Esse comício foi transmitido ao vivo pela TV Globo dentro do Jornal Nacional alcançando altos índices de audiência, este ato na Candelária teve 1 milhão de pessoas segundo os organizadores. A transmissão significou oportunidade de contornar a situação incômoda em que se encontrava a emissora. Foram exibidos flashes ao vivo no principal veículo de comunicação televisivo do Brasil, contudo, a Rede tinha a preocupação de “mostrar a dimensão colossal do ato na Candelária, e não transmitir todos os discursos” (CONTI, 1999, p. 39). Não se deveria cobrir pronunciamentos contrários ao governo.

O discurso de Luís Inácio Lula da Silva, neste ato, teve um caráter de denúncia sobre a política de conciliação articulada por um setor do PMDB com a dissidência do PDS,¹⁵ e ainda colocou a importância das manifestações mesmo com a derrota da Emenda Dante, pois “ou a gente se acovarda e morre de cabeça baixa ou a gente toma coragem e morre lutando pelo direito do nosso povo”.¹⁶

As negociações realizadas entre um setor do Comitê Nacional Pró-diretas e políticos do PDS causavam divergências tanto na oposição quanto nos bastidores do governo civil-militar. Deve ser lembrado que o vice-presidente Aureliano Chaves apoiava o movimento, lidando com a possibilidade de ser o escolhido pelo seu partido, num pleito direto e, também se aproximava do grupo de Tancredo Neves do PMDB. Afinal, se afirmava na época, “defender a eleição direta, hoje, é um passaporte seguro para viajar rumo à simpatia das multidões”. (O GRITO..., 1984, p. 25).

Parcelas da sociedade brasileira, ao analisar a ditadura civil-militar reconstruiu a memória diferente do que aconteceu, dando outro significado e até mesmo forjando

¹² Arquivo Ulysses Guimarães (UG. 84.03.22) – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas CPDOC/FGV.

¹³ Neste local, no dia 26 de junho de 1968 foi realizada a *Passeata dos Cem Mil*, como ficou conhecida. Este evento e a sua conseqüente participação popular ficou na memória como uma das últimas manifestações contra o regime civil-militar. O ano de 1968 ficou marcado na cultura política nacional, na construção histórica e de memória como “ano-chave” do período, maiores informações ver: (FICO; ARAUJO, 2008).

¹⁴ Segundo o Comitê Pró-Diretas o ato contou com um milhão de pessoas se aglomerando em parte considerável do centro da cidade; já o cálculo da Polícia Civil avaliou em 500 mil participantes.

¹⁵ Foram essas negociações que mais tarde viabilizaria a eleição para presidente de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

¹⁶ *Folha de São Paulo*, 11 de abril de 1984.

atitudes. Nessa direção, “a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura, transformada em corpo estranho” (REIS FILHO, 2000, p. 17). Apagase das “paredes da memória” a omissão, o apoio, o orgulho que diversos setores do cosmos social tinham em relação aos governos autoritários.

Outro memorável comício foi o do Vale do Anhangabaú,¹⁷ (MEYER; MONTE, 1984) no centro da cidade de São Paulo, realizado no dia 16 de abril, que contou com mais de 1 milhão de pessoas.¹⁸ A concentração de manifestantes começou na Praça da Sé e seguiu em passeata até o Vale do Anhangabaú, onde estava montado o palanque numa passarela de pedestres sob o Viaduto do Chá. Além de Franco Montoro, participaram também Brizola e Tancredo, entre os governadores da oposição. Acerca desse ato, a *Folha de São Paulo*, publicada no dia 17 de abril de 1984, destacou:

A manifestação de ontem foi uma festa de todos [...] A chuva de papel de picado, as baterias de algumas escolas de samba, o trio elétrico, os abraços e os gritos em momento algum abalaram o enredo da festa [...] a exigência do direito de votar para Presidente. A festa não foi inconsequente. (SIERRA, 1984, p. 6).

Também foi ressaltado que o PCdoB, que estava na ilegalidade, fez comícios relâmpago antes de a passeata sair da Sé, protestando contra a exclusão política e defendendo a legalidade do Partido.¹⁹ “A “apatia” tão decantada, do “povo” brasileiro em relação à política, parecia ter sido superada. Ao mesmo tempo a tradição do pensamento político brasileiro, que tende a desqualificar a participação popular direta nos grandes acontecimentos da nação, exigia um questionamento” (NAPOLITANO, 1995, p. 208).

Nas sete edições da *Folha de S. Paulo* que antecederam a votação foi publicada uma tarja estampada na primeira página que trazia a inscrição “Use amarelo pelas diretas-já”, reiterando assim a importância das cores nacionais e o engajamento do jornal. Esta semana anterior à decisão no Congresso Nacional foi repleta de diversas negociações entre os “diretistas” e os deputados do PDS, já que seus votos eram essenciais na aprovação da Emenda Dante. Paralelamente os comícios em diversas cidades do país continuaram sendo realizados e mobilizando grande número de simpatizantes.

¹⁷ Sobre este ato destaca-se o artigo de: (MEYER; MONTE, 1984).

¹⁸ Segundo a Polícia Militar, foram 1,3 milhão de pessoas e para a organização do ato, o cálculo foi de 1,7 milhão.

¹⁹ *Jornal do Brasil*, 17 de abril de 1984.

O presidente Figueiredo, no dia 18 de abril de 1984, com a justificativa de manter a “ordem” no Distrito Federal, em Goiânia e em outros nove municípios de Goiás, decretou algumas medidas de emergência para evitar a “ameaça de grave perturbação”.²⁰ O ato emergencial permaneceu em aplicação até o dia 8 de maio. Segundo a justificativa governamental, este ato protegeria os parlamentares da “coação popular”. A execução das medidas ficou a cargo do General Newton Cruz, chefe do Comando Militar do Planalto, tendo um contingente de mais de seis mil homens do Exército. Esta postura diante da votação da Emenda Dante de Oliveira demonstrava o posicionamento ditatorial civil-militar frente ao que acontecia, pois desta vez havia uma grande mobilização popular se confrontando com os interesses governamentais.

A censura imposta às emissoras de televisão e rádio estava a cargo do Departamento de Polícia Federal e do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel). Este último órgão vistoriava e vetava o material sobre a votação. Soma-se a esta iniciativa a existência de um “amplo cerceamento aos direitos individuais prescritos na Constituição, cercando a capital, proibindo reuniões, vetando manifestações e prevendo atos de busca e apreensão em domicílios, bem como intervenção em entidades classistas” (PEREIRA, 1984, p. 12). Entre os atos comandados por Newton Cruz destacou-se a dissolução de passeatas estudantis, a montagem de barreiras nas ruas e nas estradas de acesso à capital federal e a instalação de cerca em volta do prédio do Congresso Nacional.

Essa atitude de exceção constitucional visava à ausência de pressão popular na votação, beneficiando os congressistas aliados do governo. Isto também os favoreceu na perspectiva de não terem as suas imagens divulgadas, em âmbito nacional, no momento em que votaram contra o retorno das eleições diretas. As televisões e as rádios estavam censuradas, “apenas a Voz do Brasil transmitiu, na íntegra, sem censura, os debates que os parlamentares travaram no plenário em torno da emenda”.²¹

Na véspera da votação, o dia 24, ocorreu, nas principais cidades do país, os “panelaços” – foi como ficou conhecida a manifestação acompanhada por ruídos de panelas sendo batidas, em prol do pleito direto. No dia 25 de abril de 1984 foi votada a emenda Dante de Oliveira em sessão que durou 16 horas. Seguindo as determinações do governo, 113 parlamentares do PDS se retiraram, e naquela noite a Emenda recebeu 298 votos a favor, 65 contra e 3 se abstiveram, faltando, assim, 22 votos para completar os dois terços necessários para a sua aprovação.

O descontentamento em relação à derrota da Emenda Dante ecoou no Brasil inteiro. De acordo com as pesquisas 85% dos brasileiros apoiavam o movimento, participando maciçamente dos atos públicos. Segundo a *Folha de São Paulo* “não fracassou nenhum dos

²⁰ Termo usado no decreto presidencial das medidas de emergência ao caracterizar o movimento das “Diretas Já”. Para consultar o texto na íntegra, ver (PEREIRA, 1984).

²¹ Derrota da campanha das diretas faz dez anos. *Estado de São Paulo*, 23 de abril de 1994.

33 comícios nas grandes cidades” além de que “as cidades que promoveram mais de um comício registravam invariavelmente uma adesão bem maior que a do comício anterior”.²²

Na percepção da imprensa e da opinião pública, pairava um clima de traição, de jogadas políticas e, principalmente, a ideia de que a vontade popular não tinha sido respeitada. No dia seguinte a Folha de S. Paulo, através do editorial publicado na primeira página, colocou que “A emenda Dante de Oliveira está derrotada, não nós. Ainda que já tivéssemos reconquistado as “Diretas” haveria um extenso caminho a percorrer. Continuemos com a mesma intransigência e com a mesma esperança”.²³ Percebe-se que logo após a frustração da derrota, as “Diretas Já” permaneceram como um exemplo de participação popular em prol da redemocratização, da ampliação do papel da sociedade civil; representou o principal legado deste evento chave da transição à democracia. A Folha conclamou a população a usar roupas pretas como símbolo de luto pela derrota no Congresso. E classificava os congressistas contrários à Emenda de: “representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura”.²⁴

A campanha pelas “Diretas” deu legitimidade política a corrente “realista” da oposição, que já vinha negociando nos bastidores do governo Figueiredo uma saída capaz de agradar a ambas as partes. Esta corrente, chefiada por Tancredo Neves, conseguiu articular já que detinha o “capital político” dado pela sociedade civil em praças públicas. As “Diretas Já” influenciaram na cisão do PDS e a consequente formação da Frente Liberal (FL); composta pela dissidência pedessista que articulou uma chapa consensual com o PMDB para disputar a sucessão presidencial o Colégio Eleitoral.

Após 20 anos de regime civil-militar a eleição direta era a grande chance de Ulysses Guimarães²⁵ e de outros políticos para se elegerem presidente da República; se a eleição ocorresse no Colégio Eleitoral o deputado não teria a menor chance de derrotar o candidato do PDS, Paulo Maluf. Sendo assim, Dr. Ulysses, como era conhecido, apoiou Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, que foi escolhido o candidato indireto das oposições no Colégio Eleitoral.

A coalizão entre o PMDB e a dissidência pedessista foi denominada de Aliança Democrática, e oficializada no dia 7 de agosto de 1984 em Brasília. A aceitação popular do candidato Tancredo, e do vice-presidente José Sarney foi testada nos comícios, em cidades como Goiânia e Belém, com grande participação popular. Os outros partidos de oposição se desuniram: o PDT apoiou a chapa Tancredo/Sarney, o PT pregou boicote ao Colégio Eleitoral e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizou assembleias populares e programa para

²² Derrota marcou contraste com a mobilização. *Folha de São Paulo*, 25 de janeiro de 1994.

²³ Cai a emenda, não nós. *Folha de São Paulo*, 26 de abril de 1984.

²⁴ Cai a emenda, não nós. *Folha de São Paulo*, 26 de abril de 1984.

²⁵ Mesmo com a curta duração da campanha este foi um dos momentos mais importantes da sua carreira, em 1989 disputou as primeiras eleições diretas para presidente depois de 29 anos, contudo não obteve êxito, pois sem apoio na campanha do PMDB não alcançou nem 5% dos votos.

a chapa. A imprensa em 1994 destacou “os entendimentos de Tancredo Neves, grupo mineiro e suas conexões paulistas, para cindir o partido do governo com vistas no Colégio Eleitoral e tranquilizar militares”. (PINHEIRO, 1994).

Em setembro de 1984 foi realizado um comício em Belo Horizonte promovido pelo PT e PDT a favor das eleições diretas; a campanha pelas “Diretas” continuava. Em dezembro, contudo, “a Mesa do Senado reafirmou o caráter indireto das eleições, estabelecendo que a votação no Colégio Eleitoral seria aberta e cada eleitor anunciaria seu voto de pé e em voz alta”.²⁶

A última edição da *Veja* de 1984, ao recapitular os principais eventos, destacou que o ano do vigésimo aniversário do golpe civil-militar foi marcado pelo engajamento da população no processo de redemocratização, que inicialmente apoiou a eleição direta e depois a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. No dia 15 de janeiro de 1985 a vitória foi alcançada pelos candidatos da Aliança Democrática por intermédio do voto indireto no Colégio Eleitoral. A oposição obteve 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. Foram registradas 26 abstenções e 9 ausências. A posse foi realizada no dia 15 de março, contudo foi o vice-presidente Sarney que assumiu interinamente, devido à impossibilidade de Tancredo, gravemente doente desde o dia 14 deste mês, vindo a falecer no dia 21 de abril. Assim Sarney assumiu a presidência em definitivo.

Realmente “o Brasil de 1984 não era aquele de 1964. Enormes mudanças econômicas haviam acontecido, viu-se o fim de uma geração inteira de políticos, e havia uma população cuja maioria das pessoas nascera nas duas últimas décadas” (SKIDMORE, 1994, p. 66-67). A organização político social se modificou muito destacando o papel de alguns partidos, das entidades civis, dos movimentos pela cidadania, movimentos sociais no campo e nas cidades, das igrejas, do “novo sindicalismo”, entre outras instituições e personagens políticos. (ABREU, 2001).

As “Diretas Já” e a imprensa em 1994

O movimento foi destacado nos anos seguintes como um acontecimento marcante da redemocratização. Ao analisar a imprensa escrita em 1994 através de editoriais e colunas políticas se percebe aspectos que foram retomados das Diretas-Já. As questões sobre democracia e cidadania, reconhecimento e ampliação da participação popular, entre outros

²⁶ Antônio Carlos Magalhães (verbete).

aspectos, continuavam fazendo parte do cotidiano brasileiro. A memória indelével deixada pelo Regime Civil Militar mantinha-se no debate política nacional e se manteve nos anos seguintes sendo tema abordado na contemporaneidade pela Comissão Nacional da Verdade e pelas comissões estaduais que buscam evidenciar as ações praticadas pelo governo durante quase 21 anos de ditadura civil militar.

Por ocasião dos 10 anos da campanha nacional das “Diretas Já” podem ser encontradas algumas matérias nos jornais que trouxeram pontos importantes na discussão sobre o movimento. Destacando o caráter simbólico atribuído aos comícios, lembrando que essa valorização foi dada tanto na época quanto em 1994. Assim menciona-se o início do artigo de Franco Montoro, governador de São Paulo pelo PMDB no período: “Perguntam se há aqui 300 ou 400 mil pessoas. Pela vibração e significação histórica deste ano, nossa resposta é outra. Aqui na praça da Sé está presente a esperança de 130 milhões de brasileiros”. (MONTORO, 1994, p. 1-3). Também destacou que “no Brasil, a ditadura militar caiu, não por um golpe ou contragolpe de cúpula, mas pela força do povo nas ruas.” (MONTORO, 1994, p. 1-3).

Na entrevista prestada ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV) entre 1993-1994, o general e ex-presidente Ernesto Geisel destacou que durante o governo Figueiredo não se envolvia muito no jogo político, contudo trouxe elementos importantes para o assunto aqui tratado, a memória da conjuntura das Diretas Já, dez anos após a derrota da Emenda Dante de Oliveira. A resistência a emenda por parte dos governistas e da presidência da República, então ocupada pelo general João Batista Figueiredo. Políticos civis e militares se opunham prontamente as Diretas para aquele momento, sendo o próprio presidente, um dos articuladores da emenda Leitão de Abreu, apresentada em 23 de abril, que restabelecia as eleições diretas para novembro de 1988 e reduzia de cinco para quatro anos o mandato do próximo chefe do poder executivo a ser eleito indiretamente. Na opinião do ex-presidente Ernesto Geisel a oposição que fez a campanha das Diretas era contra o sistema eleitoral vigente

[...] em vez da eleição indireta, através do Colégio Eleitoral, lutavam pela eleição direta [...] Era sempre a forma de agir da oposição: quando o governo procurava avançar no processo da normalização, embora lentamente, de forma gradual, para se poder chegar a uma solução final sem maiores dificuldades, quando se revelava a tendência de que se ia para uma abertura de fato, a oposição pressionava e queria muito mais (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 443).

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos destacou que “algo de bom aconteceu de lá para cá: desde as diretas, o povo não saiu mais das ruas”.²⁷ De acordo com o sociólogo Florestan Fernandes, membro do PT, a derrota da emenda não significou muito para grande mobilização, ampliando “o processo de transformação democrática da sociedade brasileira, como uma realidade histórica que procede da massa da população” e acima de tudo o legado daquele período foi que “a luta continua, mas como luta popular pela revolução democrática” (FERNANDES, 1986, p. 182). Esta visão foi compartilhada por Dante de Oliveira, o autor da Emenda afirmou que “democratizamos o voto... mas ainda falta democratizar a renda, os empregos, a saúde, a educação, a terra e muitas outras coisas importantes”.²⁸ As opiniões mencionadas foram exemplos do legado e da importância histórica das “Diretas Já”.

Ao analisar as manchetes sobre os dez anos das “Diretas Já” pode-se perceber as relações da Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves com a que estava sendo articulada durante a campanha com a eleição presidencial de 1994. Na qual saiu vitorioso Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aliado com o Partido da Frente Liberal (PFL), que contava com diversos integrantes do Regime Civil Militar. As alianças entre grupos antagônicos que por interesses concomitantes se aliam foram e são práticas da política nacional e internacional, sendo fenômeno recorrente.

O Brasil em 1994 era logicamente diferente daquele que foi para as ruas contra a ditadura militar dez anos antes e que depositou suas esperanças na Nova República em 1985. Na eleição presidencial de 1989, Fernando Collor, do Partido da Renovação Nacional (PRN) derrotou o candidato Luis Inácio Lula da Silva, do PT, tornando-se o primeiro presidente eleito pelo voto direto depois de 29 anos – o último foi Jânio Quadros em 3 de outubro de 1960. Em 1992, Collor sofreu o processo de impeachment, após grande movimento que reuniu jovens nas capitais e principais cidades do país exigindo sua deposição, movimentos sociais e opinião pública voltaram a agir politicamente. Novamente a imprensa teve importante destaque na construção da figura política de “caçador de marajás” como desconstrução simbólica do presidente (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994).

A eleição direta não resolveu os problemas do Brasil, nem poderia por si só, mas acima de tudo a população retomou seu papel de pressionar e se manifestar publicamente, afinal:

O país que saiu da Candelária no dia 10 para chorar na Cinelândia no dia 25, [...], já não era o mesmo. Chorou pela derrota das diretas mas, ingenuamente esperançado, voltou às ruas para apoiar Tancredo. Perdeu Tancredo, mas acreditou no Cruzado. Foi enganado, mas votou

²⁷ Povo que ocupou praças pelas diretas continua nas ruas. *Jornal do Brasil*, 24 de abril de 1994.

²⁸ Personagens. *Estado de São Paulo*, 23 de abril de 1994.

em 89. Foi roubado por Collor, mas se vingou cassando seu mandato empurrado pelo caras-pintadas. Virou vítima do marasmo de Itamar, mas votará de novo.²⁹

O movimento que despertou multidões no Brasil no período anterior a 25 de abril de 1984 marcou essencialmente o final de quase 21 anos de ditadura civil militar, contribuindo para reconduzir e evidenciar para o cenário político a população como reivindicadora de direitos e de participação, ou seja, tal evento não deve ficar “desbotado na memória das novas gerações”, conforme afirmava “Vai passar”, de Chico Buarque, uma das canções emblemáticas das Diretas-Já.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro: (1930-1995)*. (CD-ROM). 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

A FORÇA da indireta. *VEJA*, São Paulo, n. 804, p. 22, 1 fev. 1984.

AGULHON, Maurice. Mariana, objecto de “cultura”? In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 111-122.

A SUCESSÃO à deriva. *Veja*, São Paulo, n. 800, p. 16, 4 jan. 1984.

BECKER, Jean-Jacques. Opinião pública. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996. p. 178 -190.

BERSTEIN, Serge. Cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BORGES, Vavy Pacheco. *História e política: laços permanentes*. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 23-24, p. 7-18, 1995.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa de 1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. *Lei n. 6767, de 20 de dezembro de 1979*. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

²⁹ Povo que ocupou praças pelas diretas continua nas ruas. *Jornal do Brasil*, 24 de abril de 1994.

CARTA ao leitor. *VEJA*, São Paulo, n. 802, p. 19, 18 jan. 1984.

CARTA ao leitor. *VEJA*, São Paulo, n. 805, p. 19, 18 jan. 1984.

CARVALHO, José Murilo de. Entre Maria e Marianne: a figura feminina como símbolo da república brasileira. In: _____. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTRO, Tarso de. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 1984.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 215-218.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORRÊA, Marcos Sá. A velhice aos 20 anos. *VEJA*, São Paulo, p. 20-24, n. 813, 4 abr. 1984.

DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. (Org.). *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história” o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

_____. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula. *1968: 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2008.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In: STEPAN, Alfred. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 137-197.

FRIAS FILHO, Otávio. A “Folha” e as diretas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 31-36, jul./set., 1984. Entrevista concedida a Edison Nunes, Hamilton Cardoso e Marília Garcia.

GUIMARÃES, Ulysses. A restauração imediata do direito popular ao autogoverno – Sim. *Folha de São Paulo*, 25 de abril de 1984.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUSHNIR, Beatriz. Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-1975). In: KUSHNIR, Beatriz. (Org.). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. p. 215-241.

LAMOUNIER, Bolivar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: ROUQUIÉ, Alain et al. (Org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 118-145.

_____. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83-134.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu; CARNEIRO, José Allan Dias. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEMOS, Renato. Magalhães, Antônio Carlos (verbete biográfico). ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro: (1930-1995)*. (CD-ROM). 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LIMA, Venício Abreu de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MEYER, Marlyse; MONTE, Maria Lucia. Festa na política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 85-89, 1984.

MONTORO, André Franco. Dez anos do comício da Sé. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jan. 1994. Caderno Opinião, p. 1-3.

NAPOLITANO, Marcos. Representações políticas no movimento 'diretas já'. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 207-219, 1995.

NOVAES, Luiz A. Governadores opositoristas oficializam campanha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 nov. 1983. Caderno Política, n. 1, p. 6.

O COMEÇO em Curitiba. *VEJA*, São Paulo, n. 802, p. 20, 18 jan. 1984.

O GRITO da Candelária. *VEJA*, São Paulo, n. 815, p. 22-31, 18 abr., 1984.

O GRITO dos mineiros. *VEJA*, São Paulo, n. 808, p. 20, 29 fev. 1984.

PEREIRA, Moacir. *O golpe do silêncio*. São Paulo: Global, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. As diretas e o eterno regresso da conciliação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 abr. 1994.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, FGV, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SIERRA, Roland M. A festa foi dos jovens. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1984. Caderno Política, p. 6.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAVEAU, Agnes & Tétard, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 73-92.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

TOSI, Alberto. A massa na praça: mobilização e conflito na campanha das 'diretas já'. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 163-178, abr./jun. 1995.

Recebido em 28.02.2015 – Aprovado em 14.09.2015.